

Tecnologias Sociais Inovadoras no Combate a Pobreza no Brasil: Ameaças e Oportunidades.

Jorge Carlos Correa Guerra, Hilda Alberton de Carvalho, Andrea de Souza, Denise Rauta Buiar - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Resumo

Tecnologias Sociais são produtos, métodos, processos ou técnicas para solucionar problemas sociais de forma simples, a baixo custo, de fácil aplicabilidade, provocando impactos positivos nas suas áreas de atuação e que possam ser replicadas ou reaplicadas. O Brasil nos últimos dez anos passa por mudanças significativas, no contexto econômico e social. Duas destas mudanças são significativas: o combate à fome e a incorporação de mais de trinta milhões de pessoas da classe pobre à classe média. Tendo como base programas sociais governamentais, somados à ações de organizações não governamentais foram incluídas à cidadania e ao consumo milhões de pessoas. Bolsa Família, merenda escolar, aumentos maiores sistemáticos para o salário mínimo, acesso ao crédito das camadas pobres, entre outros, aliados ao baixo impacto e até oportunidades geradas no Brasil, pela Crise Financeira e Econômica Mundial de 2008, alavancaram principalmente emprego e renda, com destaque para a empregabilidade formal da população pobre. Contudo nem tudo são belas e perfumadas flores. A incorporação de novos consumidores e limitações de mercado para atendê-los podem levar à inflação, bem como ao inchaço das cidades pressionando a ocupação de mais áreas de risco. Junto com o Brasil, Índia e China, mais países emergentes incorporam aceleradamente pessoas pobres a sua classe média. Este fenômeno de cidadania e consumo pressiona os preços mundiais dos alimentos, tornando-os mais caros. As tecnologias sociais podem ser replicadas ou reaplicadas, porém com cuidado no planejamento estratégico local e global, para minimizar os possíveis impactos negativos. Um fator internacional importante, para a manutenção da prosperidade das camadas pobres é à volta à normalidade do crescimento econômico dos Estados Unidos e União Européia, embora isto pressione mais, a nível mundial, os preços de alimentos e energia. Como ficarão os países emergentes frente a esta situação? E o Brasil neste contexto? A alta demanda por mão-de-obra especializada no Brasil é uma grande oportunidade para consolidar a nova classe média brasileira. A inclusão digital também tem um papel importante neste contexto, assim como o empreendedorismo comunitário. Em termos de cenário nacional há grandes eventos e necessidades a serem atendidas no Brasil, nos próximos cinco anos: Copa do Mundo em 2014, Jogos Olímpicos em 2016, infra-estrutura para melhorar o “custo- Brasil”, a redução do déficit imobiliário residencial nacional, a internacionalização das empresas brasileiras, a exploração do Pré-sal, etc. Como esses eventos podem auxiliar no combate a pobreza? Como o combate a pobreza beneficiará o Brasil como um todo?

Palavras - chave: Tecnologia Social, inovação, pobreza, Brasil.

Introdução

Tecnologias Sociais (TS), segundo Dagnino *et alli* (2011) tiveram origem nas Tecnologias Apropriadas (TA), nos anos 70, do século passado. Como Tecnologia Apropriada (TA), entende-se as novas e antigas, inovadoras ou não, tecnologias que podem ser aplicadas com resultados positivos nas soluções de problemas. Um exemplo é a técnica de conservação e estocagem do milho em civilizações pré-colombianas, que pode ser utilizada atualmente por se barata e altamente funcional.

Para Dagnino *et alli* (2011), as idéias de Gandhi, aplicadas na Índia e China, influenciaram o economista alemão - Ernst Friedrich Schumacher, que desenvolveu o conceito de “tecnologia intermediária” para designar tecnologia que pelo seu baixo custo, pequena escala, simplicidade e respeito à dimensão ambiental, seria adequada para países pobres. Ele também criou um Grupo de Tecnologia Apropriada e publicou um clássico *Small is beautiful, economics as if people mattered*, traduzido em mais de quinze idiomas.

Para Schumacher (1981), havia clara limitação para aplicação da “tecnologia intermediária”:

“ A aplicabilidade da tecnologia intermediária não é, naturalmente, universal. Há produtos que são o resultado típico de uma altamente sofisticada indústria moderna e que só por ela podem ser produzidos. Tais produtos, ao mesmo tempo, não são normalmente uma necessidade premente dos pobres. Do que os pobres mais precisam são coisas simples – materiais de construção, vestuário, utilidades domésticas, implementos agrícolas – melhor remuneração para seus produtos agrícolas. Eles também necessitam com máxima urgência, em muitos lugares, de árvores, água e silos para armazenar as colheitas. A maioria das populações camponesas imensamente auxiliada se pudessem cuidar por si mesmas das primeiras etapas de processamento de seus produtos.” (Schumacher, p.165, 1981)

Três comentários sobre a visão de Schumacher (1981). Primeiro, os pobres estavam majoritariamente localizados nas áreas rurais, o que foi modificado nas últimas duas décadas para concentrações em áreas urbanas. Segundo, o avanço das Tecnologias de Informática e Comunicações (TICs), que passaram a serem fundamentais (conforme a ONU) para o desenvolvimento das camadas mais pobres da população (inclusão digital, mobilidade de comunicação, etc.). Terceiro, a sociedade atual em rede, que permite às pequenas comunidades a conectarem-se, trocando informações e experiências a nível global.

As TSs dão base para articulação de ampla rede de atores sociais e devem ser estruturadas em modelos flexíveis. Segundo Lassance Jr e Pedreira (2011), estas características vão além da replicação, permitindo a reaplicação onde conceitos, pressupostos e tecnologias são adaptadas à realidade local, derivando uma nova TS.

Para os autores, as TSs nascem da sabedoria popular, do conhecimento científico ou da combinação de ambos, passa por uma fases de viabilidade técnica, viabilidade política (visibilidade, difusão pelos movimentos sociais, recomendação por especialistas, aceitação por autoridades) e viabilidade social (aceitação e comprometimento pelas comunidades onde serão empregadas).

Atualmente o conceito de Tecnologia Social (TS), não é mais restrito às comunidades locais, pois passou a tratar principalmente de políticas públicas inclusivas¹. Para Lassance Jr. e Pedreira (2011), são conjuntos de técnicas e procedimentos, associados a tipos de organização coletiva, que apresentam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O Brasil, nos últimos dez anos, passa por significativas mudanças no contexto econômico e social. Destas mudanças, são muito evidenciadas: o combate à fome e a incorporação de mais de trinta milhões de pessoas da classe pobre ao primeiro patamar da classe média. Tendo como base programas sociais governamentais, somados a ações de organizações não governamentais e políticas de inclusão ao consumo de diversas empresas, foram incluídas à cidadania e ao consumo milhões de pessoas. As Tecnologias Sociais que mediaram tais transformações são o foco deste artigo.

1 – Uma discussão sobre as linhas da miséria e pobreza.

Para Sachs (2005) anualmente milhões de pessoas morrem no mundo em consequência da miséria. Milhares de homens, mulheres e principalmente crianças morrem pela fome, sede e por doenças próprias da miséria (como malária, tuberculose, subnutrição e diarreia). Os Estados Unidos gastam 1% de seu orçamento anual com ajuda internacional e 25% com atividades militares. Em termos de Europa, destina-se três dias do que se gasta anualmente com armamento, ao combate da AIDS no continente. Infelizmente observa-se que as vidas humanas, principalmente das pessoas geralmente invisíveis ao consumo, valem pouco.

Nos meios acadêmicos, nos governos nos seus diversos níveis, nos organismos internacionais as métricas sobre a linha da miséria e pobreza não são consensuais. Temos a posição do Banco Mundial que estabelece a linha da pobreza em US\$ 2,00 / dia e da Organização das Nações Unidas, atualizada em US\$ 1,25 /dia. No caso brasileiro alguns consideram a linha da miséria e da pobreza em $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimos² respectivamente. Os principais argumentos para a falácia destes parâmetros são a equivalência manipulável em dólar das moedas locais, a situação de desvalorização do

¹ No Brasil há além de políticas inclusivas de combate a miséria e fome, políticas voltadas para inclusão de negros, inclusão digital, inclusão de mobilidade.

² O salário mínimo no Brasil é estabelecido pelo governo federal, embora muitos Estados também estabeleçam seu salário mínimo estadual, em valores maiores.

dólar a partir da Crise Econômica e Financeira Mundial de 2008, bem como no caso brasileiro do poder de compra local da “cesta básica”³ pelo salário mínimo.

Segundo Bava (2011) “há um consenso entre especialistas das áreas sociais, de que a pobreza se mede a partir da capacidade de consumo privado e acesso à serviços públicos básicos”.

O miserável ou indigente é definido por Bava (2011), como aquele que não tem, no mínimo, renda para adquirir ou acesso grátis fornecido pelo Estado à uma cesta alimentar, que atenda suas necessidades nutricionais. Prossegue o autor, que a linha da pobreza, é definida não só pela nutrição, mas também pelo não acesso a moradia, vestuário, higiene, transporte, saúde, educação, lazer e outras necessidades que dão dignidade às pessoas.

Em dados do Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2010, das Organizações das Nações Unidas, são cerca de 1, 4 bilhões de pessoas na miséria e aproximadamente 2,2 bilhões são pobres, considerando uma renda diária de US\$ 1,00/dia e de US\$ 2,00/dia respectivamente. Mais de 50% da população do planeta vive em situação real de risco social. Para a ONU isto significa caminhar diariamente mais de 1,5 km para buscar água e lenha, sofrer e morrer de doenças que já foram erradicadas a muito tempo nos países ricos, não ter acesso à educação e trabalhos decentes, bem como nutrientes diários.

Alguns dos números pavorosos do *Millennium Project*⁴ da ONU:

- ✓ Todos os anos seis milhões de crianças, morrem de desnutrição antes de fazer cinco anos;
- ✓ Mais de 50% dos africanos sofrem por doenças relacionadas a má qualidade da água;
- ✓ Mais de 800 milhões de pessoas vão dormir diariamente com fome, desses 300 milhões são crianças;
- ✓ Mais de 2,6 bilhões de pessoas não tem saneamento básico;
- ✓ Em 1969 a África era exportadora líquida de alimentos, hoje o continente importa 1/3 dos cereais que necessita;
- ✓ Diariamente morrem no mundo 1400 mulheres por problemas na gravidez;

³ A “cesta básica” é um conjunto de gêneros alimentícios básicos para nutrir uma família formada por pai, mãe e dois filhos menores de 12 anos.

⁴ Os Objetivos do Milênio (ONU): 1) Acabar com a fome e a miséria; 2) Educação básica de qualidade para todos; 3) Igualdade entre os sexos e valorização da mulher; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde das gestantes; 6) Combater a AIDS, Malária e outras doenças; 7) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8) Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Estes números já foram piores. O Banco Mundial estima que entre 1981 a 2005 cerca de 520 milhões de pessoas saíram da miséria e 755 milhões deixaram a linha da pobreza. A grande contribuição para estes números (cerca de 50%) é da China.

Segundo dados de 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tomando como referencia a renda de US\$ 1,00/dia/pessoa, o Brasil tem 16,8 milhões em extrema pobreza. Houve uma evolução ente 1990 a 2011 do percentual da população na miséria de 22,9% para 8,5%. Como pobres com renda de US\$ 2,00/dia/pessoa em 2001 estavam 38, 7% da população brasileira evoluindo para 25, 3% em 2008 (cerca de 45 milhões de pessoas).

2. A inclusão pelo consumo e a “Base da Pirâmide” de Prahalad.

Coimbatore Krishnarao Prahalad, em seu livro a Riqueza na Base da Pirâmide, afirma que “quatro bilhões de pobres poderão ser a força motriz da próxima etapa global de prosperidade econômica”. Prahalad sugere que as empresas deixem de pensar nos pobres como vítimas ou um fardo e passem a vê-los como empreendedores criativos e consumidores em potencial. O termo base usado por Prahalad é o “capitalismo inclusivo”.

Segundo Campanholo, Fontes e Silva (2010), analisando artigos de Prahalad observa-se que os principais países em desenvolvimento (os mais citados, China, Índia, Brasil, México, Indonésia, Turquia, Rússia, África do Sul, Tailândia), representavam em 2005 75% da população pobre da Terra e em torno de 90% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países em desenvolvimento, que representam cerca de US\$ 14 trilhões, valor que supera os PIBs de países como Alemanha, França, Itália, Japão e Reino Unido somados.

Para Sachs (2005), a pobreza mundial é assim classificada:

- ✓ Extrema pobreza (miséria) – As necessidades básicas de alimentação e moradia não são atendidas.
- ✓ Pobreza moderada - As necessidades básicas, da extrema pobreza, são atendidas, mas não outra como educação e saúde.
- ✓ Pobreza relativa – Neste caso a renda familiar é inferior a média nacional, as pessoas tem acesso a serviços de educação e saúde de baixa qualidade, mas a capacidade de ascender socialmente é limitada.

Na visão de Campanholo, Fontes e Silva (2010), a transformação de populações de baixa renda em consumidores é mais que customizar produtos antes dirigidos aos ricos, para vendê-los aos pobres, mas sim o desenvolvimento de parcerias para um novo mercado. Isto é um desafio para a maior parte das empresas.

No caso brasileiro, a Base da Pirâmide é composta pelas classes C, D e E, compõem a maioria da população. No entanto por muitas décadas as ações empresariais eram

voltadas principalmente para consumidores de alto poder aquisitivo, não atendendo as necessidades específicas de grande parte da população de baixa renda.

Para entender a dinâmica das classes de consumo no Brasil, a revista Exame⁵ publicou em sua edição de Julho/2010, as características e composição da “cesta de compras”:

- Classe A – Renda familiar acima de R\$ 10.000,00 tendendo a comprar produtos e serviços de primeira linha. Adere de imediato a novos padrões tecnológicos. Investe em exclusividade e marcas de luxo. Pode fazer uma graduação ou pós-graduação no exterior. Financiam apenas bens de alto valor, como imóveis, carros de luxo e lanchas. Cesta de compras: carro importado, móveis de *design*, faculdade no exterior, marcas de luxo, imóvel em condomínio de luxo.
- Classe B – Renda familiar entre R\$ 4.809,00 a R\$ 10.000,00 começa a investir em hábitos mais sofisticados. Viajar e estudar no exterior cabe em seu orçamento. O crédito permite antecipar o consumo de itens associados a Classe A, porém não consegue comprar tudo o que gostaria e tem de ser seletivo. Cesta de compras: geladeira *side by side*, imóvel em bairro nobre, *laptop* em casa, carro novo equipado, primeira viagem internacional a lazer, *smartphone* pós-pago, cursos no exterior, *home theater* com TV de tela fina.
- Classe C – Renda familiar entre R\$ 1.116,00 a R\$ 4.808,00 passando a participar intensamente do mercado consumidor, amparado, sobretudo pelo crédito. Procura novidades em eletroeletrônicos e experimenta novos produtos no supermercado. Ainda depende muito do preço baixo. Já tem renda para a primeira viagem nacional de avião e para um curso superior privado. Cesta de compras: viagens nacionais de avião, computador e acesso à *internet* em casa, faculdade particular, carro novo popular, máquina de lavar roupas, imóvel na periferia, móveis planejados, geladeira duas portas, celular pós-pago, televisão tela fina, acesso a alimentos mais sofisticados.
- Classe D – Renda familiar entre R\$ 769,00 a R\$ 1.115,00 ainda tem demandas muito básicas a serem atendidas. Começa a equipar a casa com os eletrodomésticos mais baratos. Alguns conseguem bancar ensino fundamental particular para os filhos. Primeiras experiências com crédito, como aquisição de um carro usado ou de um imóvel na periferia. Cesta de compras: apartamento de dois quartos na periferia, ensino fundamental particular, acesso discado à internet ou em *lan house*, forno de micro ondas, celular pré-pago, móveis de lojas populares, moto ou carro usado, televisão de tela plana.
- Classe E – Renda familiar de zero a R\$768,00 este consumidor está no estágio inicial do consumo de massa. Tem renda muito baixa, o que limita os produtos que tem acesso. Em geral, mora de aluguel na periferia das cidades ou em áreas rurais. Muitos dependem de subsídios do governo ou de programas sociais.

⁵ A Revista Exame é uma das mais importantes, na área de negócios no Brasil.

Cesta de compras: ensino em escola pública, geladeira de uma porta, móveis usados, televisão de tubo, celular pré-pago.

Segundo dados da revista Exame, para uma população estimada de 190 milhões de habitantes, o Brasil em 2008 apresentava a seguinte estratificação de consumo: 11% Classes A/B, 49% Classe C, 24% Classe D e 16% Classe E.

O aumento de renda da população brasileira ao longo da última década impulsionou o consumo. Em 2000 a Renda Nacional Disponível Bruta era de R\$ 1.150 trilhões e o Consumo das Famílias R\$ 759 bilhões. Em 2010 a estimativa da Renda Nacional Disponível Bruta foi de R\$ 3.533 trilhões e o Consumo das Famílias subiu para R\$ 2.210 trilhões.

Neste contexto cabe conceituar classe média, que é a fatia intermediária entre a classe pobre e rica. Esta classificação em termos de renda é variável de país a país. No Brasil, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a classe média está situada na renda familiar, identificadas entre as classes C e B de consumo.

O crescimento social através do crescimento econômico, não é novidade, o que é novo no caso brasileiro é a massiva incorporação de pobres e miseráveis ao consumo de massa. Isto é muito bom, embora os números da estratificação de consumo no Brasil mostrem o quanto o país ainda é um dos campeões da desigualdade e da má distribuição de renda. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) e Pesquisa Mensal de Emprego (PME), de 2000 a 2010 a renda dos 50% mais pobres cresceu 67,93%. No mesmo período, a renda dos mais ricos cresceu 10%.

Há restrições fortes, principalmente entre teóricos marxistas, que isto é perigoso para a sociedade como um todo, visto que o objetivo principal das empresas continua sendo o lucro e nem sempre os objetivos e princípios de consumo não são coincidentes com os da cidadania.

Um bom exemplo das restrições a inclusão pelo consumo é o pensamento de Cocco (2011), que vê exclusão das camadas miseráveis da população brasileira, pelas condicionantes da Bolsa Família e a expulsão de pessoas, por exemplo, pelos novos empreendimentos imobiliários do Minha Casa, Minha Vida. Ele vê as “benesses” para os pobres como uma forma de “pacificação” e novas exclusões destas populações e forma de só ampliar o faturamento das empresas. Segundo o autor há dimensão dos pobres não deve ser intensificadas como consumo rotuladas para Classe C, sim como novas formas de trabalho que produz um “novo povo”, que estabelecerá novas relações de poder com o capital

3. As Tecnologias Sociais (TSs) brasileiras de combate a pobreza.

Para Coggiola (2010), os programas sociais compensatórios e de transferência de renda brasileiros são atualmente muito citados, para combater o desemprego e a fome no

mundo. Para ele, a “compensação social” é associada à “transferência de renda”, uma espécie de tributo para a igualdade. O autor evidencia que as políticas de combate a pobreza entraram na agenda nacional nos anos 90, do século passado, influenciada pela campanha nacional “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, liderada pelo sociólogo Betinho, e a ONG Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Em 2002, havia no Brasil uma série de programas sociais que beneficiavam cerca de cinco milhões de famílias. Nos dois últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso 2001/2002, existia o Projeto Alvorada, um rearranjo dos programas existentes a época, incorporando recursos do Fundo de Erradicação da Pobreza, a Bolsa Escola (incentivando matrículas no Ensino Fundamental), a Bolsa Alimentação (para crianças até seis anos e gestantes) e o Vale Gás. Desde 1955 já havia timidamente um Programa Nacional de Alimentação Escolar, incrementado a partir da década de 90, do século passado, no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A maior e fundamental contribuição dos governos Itamar Franco (1992/1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) foi o enfrentamento da inflação e estabilização da moeda, através do Plano Real.

Na ótica de Coggiola (2010), o Programa Fome Zero foi o eixo do discurso da posse do presidente Lula em 2003, tendo como objetivo definido pelo próprio “para que todos os brasileiros (as) pudessem tomar café da manhã, almoçar e jantar”. A base do programa consistia na entrega, às famílias pobres, de vales entre R\$ 50,00 a R\$ 200,00, segundo a quantidade de filhos (as) matriculados (as) e cursando o Ensino Fundamental. O uso de dinheiro vivo procura direcionar o dinheiro para o comércio, serviços e produtos locais.

A Crise Econômica e Financeira Mundial de 2008 teve e tem um papel importante, na história de combate a pobreza no Brasil.

A Crise de 2008 não afetou significativamente as instituições financeiras brasileiras (não possuíam quantidade significativa de papéis ligados às hipotecas ou a bancos americanos), mas atingiu outros setores por causa da forte contração de crédito. Com uma crise de confiança, o dinheiro para de circular (quem possui recursos sobrando não empresta, quem precisa de dinheiro não encontra quem forneça), logo o crédito disponível ficou escasso e a juros mais extorsivos que de costume. Um dos reflexos mais visíveis da crise, porém, é a forte queda nos mercados acionários. Trata-se de uma espiral, onde com medo da crise financeira aumentar, os investidores tiram o dinheiro das bolsas e bancos, levando mais instituições financeiras e empresas a falência. Desta forma, faltam recursos para as empresas investirem e a crise aumenta o que faz os investidores retirarem mais dinheiro (Jornal Folha de São Paulo, 2008).

Para Nakano (2010) a crise que teve sua face mais aparente em 2008 e ainda está em curso, mostrou claramente que as forças de mercado, podem ser altamente prejudiciais para a sociedade como um todo, pois ela geralmente atende interesses do lucro a qualquer preço. Ficou evidenciado que o Estado é a única força que pode fazer a diferença, num caso de caos econômico e financeiro mundial.

Para combater a Crise de 2008, o governo brasileiro interveio procurando fortalecer o mercado interno, reduzir impostos, facilitando e contribuindo via Salário Desemprego a entendimentos entre empresas - funcionários para manter postos de trabalhos e principalmente investindo com a iniciativa privada na infra-estrutura do país, através do “Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)” e num plano de construção de residências o “Minha Casa, Minha Vida”⁶. A resposta superou as expectativas, ajudando não só o Brasil a enfrentar a crise, como também auxiliou significativamente os programas de erradicação da pobreza.

Os gastos sociais de combate a pobreza no Brasil cresceram de R\$ 1,3 bilhões em 1995 para R\$ 18,8 bilhões em 2005. Em 2011 só o orçamento da Bolsa Família é de R\$ 16, 5 bilhões (quantia ínfima se comparada com o PIB brasileiro), atendendo perto de 45 milhões de pessoas. A dissonância fica em função da enorme carga tributária em cima da “cesta básica” do brasileiro, em torno de 38%, que poderiam comprar mais alimentos.

Outra forma de distribuição de renda é o aumento real em média de 4% anual do salário mínimo, a partir de 2003, que o elevou de menos de US\$ 100,00 (2002) para cerca de US\$ 330,00 atualmente⁷.

A Pesquisa Brasileira por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009, divulgada pelo IBGE, indicou cerca de 54,3 milhões de trabalhadores dos quais 59,6% com registro em carteira de trabalho, 12,2% são funcionários públicos ou militares e 28,2% são informais. Os melhores índices históricos de trabalho com registro nos últimos 15 anos.

A unificação dos programas sociais na Bolsa Família, somado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como a programas estaduais de subsídios como não tarifação de consumo mínimo de água e energia elétrica para populações carentes ou fornecimento gratuito de leite, deram condições de sobrevivência à parte significativa de famílias miseráveis e pobres. Alguns Estados como São Paulo e Minas Gerais (governados atualmente por partidos de oposição ao governo federal) tem programas de transferência de renda para populações carentes.

Outra política de distribuição de renda é a aposentadoria de trabalhadores rurais e assemelhados como seringueiros e garimpeiros, que nunca contribuíram para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Isto garante renda de um salário mínimo/ mês para seus beneficiados (R\$ 545,00 atualmente). Em muitos locais, principalmente na Região Nordeste esta é a grande massa financeira que movimenta as cidades.

A Universidade Federal Fluminense realizou uma pesquisa em 2006, com 3000 famílias atendidas pela Bolsa Família a pelo menos um ano, em 26 Estados e no Distrito Federal.

⁶ Grande programa de construção de residências, onde o governo federal subsidia fortemente famílias com renda até três salários mínimos, via Caixa Econômica Federal. Famílias com renda entre quatro a dez salários mínimos também tem condições vantajosas. Salário mínimo em 10/05/2011 é de R\$ 545,00.

⁷ Cálculo feito com câmbio US\$ 1,00 = R\$ 1,63, em 10/05/2011.

Para 85,6% dos pesquisados, a qualidade da alimentação melhorou depois que passaram a receber a bolsa e para 59,2% quantidade também aumentou.

Programas da envergadura da Bolsa Família e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm fraudes e distorções, que são combatidas pelo governo federal, Tribunal de Contas da União, Promotorias Públicas e Polícia Federal. Isto não tira a validade e importância dos programas.

Para Menezes e Santarelli (2008), atrelados aos programas estão os incentivos à agricultura familiar, como grande fornecedora local. Esta terá no Plano Safra 2010/2011, via Programa Nacional de Fornecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) R\$ 16 bilhões, a juros máximo anuais de 5% + inflação. Segundo o Ibase, cerca de 83% dos membros das famílias beneficiadas pelo Bolso Família, que vão a escola, recebem merenda escolar gratuita. O Programa de Aquisição de Alimentos demonstra potencial de articular a produção local com gastos públicos, na compra de alimentação também em hospitais, abrigos e creches.

O caráter inovador das TSs, focadas no combate a miséria e pobreza no governo Luís Inácio “Lula” da Silva foi transformar estas em políticas públicas. Através de programas governamentais robustos aliam-se políticas de incentivo ao consumo com manutenção e expansão de emprego e renda. Temos desta forma políticas compensatórias com práticas de ações na Base da Pirâmide de Prahalad. Os números robustos mostrados neste artigo indicam o sucesso das TSs. São indissociáveis neste modelo as políticas sociais compensatórias, o crescimento do consumo pelas classes pobres e o desenvolvimento econômico.

4. TSs brasileiras contra miséria e pobreza: ameaças e oportunidades.

A maior ameaça é a inflação interna e externa. A inflação interna, atualmente em torno de 6,5% (meta 2011 de 4,5% com variação de 2,5% +/-) ao ano é basicamente uma inflação de demanda, pois as classes emergentes, principalmente a Classe C está demandando além de mais eletrodomésticos, automóveis populares e alimentos a que antes não tinha acesso mais amplo, também mais itens novos como passagens aéreas casas populares. Há também pressão inflacionária por demandas de construção da infraestrutura pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁸ e para eventos como Copa do Mundo 2014⁹ e Olimpíada 2016.

A demanda popular somada as obras governamentais, leva a um fenômeno que não acontecia no Brasil desde a década de 70, do século XX – a falta de mão de obra

⁸ Só na construção de obras na área de energia (hidrelétricas, refinarias, plataformas de petróleo, etc.) há obras em torno de US\$ 85 bilhões.

⁹ Na construção de estádios, mobilidade urbana e trem de alta velocidade são investimentos de US\$ 35 bilhões.

qualificada, o que de certa forma também é um fator inflacionário. Com a Economia em crescimento somada a expansão do crédito¹⁰, as pessoas tendem a tirar os sonhos da gaveta, pressionando cada vez mais os fatores inflacionários, quando as empresas não estão preparadas para atender tais demandas. Há também o fator especulativo, no componente inflacionário e o medo, que levam empresas a precificar a inflação futura, remarcando antecipadamente os preços das mercadorias.

Da inflação externa, a maior ameaça é a alta internacional dos alimentos. Segundo o Relatório sobre os Objetivos do Milênio 2010, da ONU, desde 2008 os preços dos alimentos subiram violentamente, principalmente pela troca de ativos financeiros por posições em *commodities* de alimentos. Segundo Jacques Diouf, Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), são cinco as principais causas da elevação dos preços mundiais de alimentos:

- a) Mudanças climáticas no mundo;
- b) Aumento dos custos dos insumos agrícolas como sementes e fertilizantes, setor dominado por um oligopólio mundial de empresas e que recebeu impacto do aumento do barril do petróleo;
- c) Aumento do consumo de alimentos na Índia e na China, com destaque para os produtos de origem animal;
- d) Uso de grãos, especialmente do milho, para biocombustíveis;
- e) A especulação financeira em bolsas de mercadorias de futuro, aonde é definido os preços das *commodities* agrícolas.

O uso do milho pelos Estados Unidos para gerar biocombustível, provocou a retirada de 35% da disponibilidade deste grão da pauta de exportação do país, com reflexos imediatos no preço.

A disponibilidade de alimentos a nível mundial entre 2008-2009 foi boa, porém para os que podiam pagar as altas de preço. Para países pobres e FAO (responsável pela alimentação de 1/5 do planeta) foi um desastre, afetando as compras no aspecto quantitativo e qualitativo.

O Brasil é um grande produtor de alimentos, porém os preços no mercado interno são diretamente afetados pelas flutuações dos preços internacionais. Tentativas de tabelar os

¹⁰ Segundo Edição de Julho/2010 da revista Exame, a participação do crédito ao consumidor no Brasil é de 30% em relação ao PIB, aquém de outros países: Estados Unidos 131%, Canadá 141%, França 100%, Inglaterra 181%, Alemanha 98% e Itália 72%. Detalhe importante os juros anuais destes países para consumo são baixos (USA 2% a.a UE 4% a.a) comparados ao Brasil (65% a.a).

preços ou restringir a exportação para disponibilizar mais produtos no mercado interno, têm um vasto histórico nacional e internacional de insucessos¹¹.

Outra ameaça é a interrupção ou diminuição acentuada do crescimento econômico, pelos mecanismos de combate a inflação, ceifando milhões de empregos. Como o jornalista econômico brasileiro Joelmir Beting costuma dizer “o remédio pode matar o doente”.

Uma oportunidade importante é a erradicação da miséria no Brasil até 2016. Meta do novo governo brasileiro da presidente Dilma Rousseff e perfeitamente factível pelos números dos últimos dez anos. Há também a disposição de qualificar parte significativa do público alvo do Bolsa Família, para as novas necessidades do mercado da construção civil e de exploração do Pré-sal¹². A inclusão destas famílias em programas de qualificação e crédito para práticas de Economia Solidária¹³, os tornando pequenos empreendedores, pode representar um novo patamar para as TSs.

A diminuição da carga tributária e a melhoria da infra-estrutura brasileira, além de gerar empregos, podem aumentar a disponibilidade de dinheiro nas mãos da população, aumentar o investimento das empresas e diminuir o Custo- Brasil¹⁴, tornando os produtos brasileiros mais competitivos no mercado interno e externo.

Outra oportunidade para o Brasil é a melhoria da qualidade de vida e condições de consumo de seu povo, das mais diversas camadas sociais, que somados a internacionalização de empresas brasileiras podem alavancar significativamente o Brasil, como quinta economia mundial próximo de 2016.

Considerações Finais.

As TSs exerceram e exercem um papel fundamental no desenvolvimento do Brasil. Elas não só diminuem as desigualdades históricas, como também possibilitam o fortalecimento da classe média, não só pela ascensão das camadas pobres da população, mas criando e mantendo empregos de profissionais assalariados de nível superior,

¹¹ No caso brasileiro exemplificado nos Planos Cruzados I e II. A nível internacional com o caso da Argentina, onde a presidente Cristina Kirchner proibiu exportações de alguns produtos agrícolas em 2010 e os ruralistas diminuíram drasticamente a produção.

¹² O Pré-sal é uma enorme formação de petróleo e gás, situada na costa brasileira com potencial de produção, segundo especialistas, comparável as reservas venezuelanas de petróleo / gás.

¹³ Economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital. Tem base associativista e cooperativista, e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida.

¹⁴ Custo-brasil além da carga tributária, em torno de 38% do PIB, também precifica ineficiências de infra-estrutura, burocracias desnecessárias e custos em excesso da administração pública.

profissionais liberais e empreendedores. O Minha Casa, Minha Vida, não cria empregos somente para serventes, carpinteiros, armadores e mestre de obras, também empregam administradores, engenheiros, arquitetas, economistas, etc.

Oportunidades como a Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016, aliadas ao momento de ascensão geopolítica do Brasil no cenário mundial, podem oportunizar um momento histórico único não só para o combate a fome, a miséria e a pobreza. Podem acelerar o processo de diminuição das desigualdades sócias e pavimentar um futuro melhor para a nação e o povo brasileiro.

A meta do governo da presidente Dilma Rousseff de erradicar a miséria no Brasil até 2016, representa uma oportunidade ímpar, caso as ameaças sejam combatidas e as oportunidades aproveitadas. É indissociável também a participação do Brasil na erradicação da miséria e da fome principalmente na América do Sul e África, caso aspire um lugar de destaque como um dos líderes mundiais.

Referencias Bibliográficas

BAVA, Silvio Caccia, **Recuperar as perdas**, *Le Monde Diplomatique* – Brasil, São Paulo, Ano 4, Nº 43, p. 04-05, Fevereiro 2011.

CONCEIÇÃO, Octávio A.C., **A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e Tecnologias Sociais**, acessado em 10/05/2011, em <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n1/a04v17n1.pdf>

COCOO, Giuseppe, **As biolutas e a constituição do comum**, *Le Monde Diplomatique* – Brasil, São Paulo, Ano 4, Nº 46, p. 36-37, Maio 2011.

COGGIOLA, Osvaldo, **Programas sociais “focados” de combate à pobreza e à fome: uma abordagem crítica**, acessado em 10/05/2011 em <http://www.insrolux.org/textos07/programasocialcoggiola.pdf>

CAMPANHOLO, Tarcício, *et alli*, **A riqueza na base da pirâmide: inclusão social pelo consumo e criação de novos mercados**, acessado em 10/05/2011 em <http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/artigosv2n3/01-Admin.pdf>

DAGNINO, Renato, BRANDÃO, Flávio Gruvinel, NOVAES, Henrique Tahan, **Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social**, in *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*, Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2004.

LASSANCE Jr, Antônio e PEDREIRA, Juçara Santiago, **Tecnologia social e políticas públicas**, in *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*, Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2004.

MENEZES, Francisco e SANTARELLI, Marina, **O Bolsa Família funciona?**, *Le Monde Diplomatique* – Brasil, São Paulo, Ano 2, Nº 13, p. 20-21, Agosto 2008.

NAKANO, Kazuo, **Para unir o urbano dividido**, *Le Monde Diplomatique* – Brasil, São Paulo, Ano 3, Nº 32, p. 04-05, Março 2010.

PRAHALAD, C. K, **A riqueza na base da pirâmide: a erradicação da pobreza com lucro**, Porto Alegre: Editora Bookman, 2009.

RELATÓRIO SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO 2010, Brasília: ONU/ IED, 2010.

SCHUMACHER, Ernest F, **O negócio é ser pequeno**, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

STEFANO, Fabiane, **Consumo: a força que move a economia**, Revista Exame, São Paulo, 2019, Edição 972, p.21 a p.29, 29/07/2010.

SACHS, Jeffrey, **O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximo 20 anos**, São Paulo: Companhia das Letras, 205.